Pagamentos do mercado segurador no DF somam R$ 1,7 bilhão até agosto

Seguro Automóvel concentra R$ 505,2 milhões em indenizações

O setor de seguros destinou R$ 1,7 bilhão ao pagamento de indenizações, benefícios, resgates e sorteios no Distrito Federal entre janeiro e agosto de 2026. O valor representa um crescimento nominal de 0,8% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo dados da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg). O levantamento, que não inclui a Saúde Suplementar, mostra que os seguros de Danos e Responsabilidades responderam por R$ 711,7 milhões desse montante, alta de 11,2%.

O seguro Automóvel concentrou o maior volume de indenizações entre os ramos de seguros de danos, com R$ 505,2 milhões pagos nos oito primeiros meses do ano, crescimento de 9,7% na comparação anual. O resultado representa aproximadamente 71% dos pagamentos registrados no segmento de Danos e Responsabilidades no Distrito Federal.

Outro destaque foi o seguro Habitacional. Com R$ 69,2 milhões em indenizações, alta de 52,2%. A modalidade oferece coberturas relacionadas a financiamentos imobiliários, incluindo situações previstas em contrato que envolvem danos ao imóvel e riscos pessoais dos mutuários.

Nos seguros de Pessoas, os pagamentos chegaram a R$ 259,6 milhões, aumento de 11,1%. O seguro de Vida respondeu por R$ 151,9 milhões, com crescimento de 43,5%. Em contrapartida, o Prestamista, que pode quitar ou amortizar dívidas em situações cobertas pela apólice, registrou R$ 77,1 milhões em indenizações, redução de 18,5%.

Entre os segmentos que apresentaram retração estão os seguros Patrimoniais, com R$ 30,6 milhões pagos, queda de 13,8%, e o Rural, que somou R$ 12,4 milhões, recuo de 64,8%. Além das indenizações dos seguros, o levantamento contabiliza R$ 187,4 milhões em benefícios e resgates da Previdência Aberta e R$ 505,9 milhões em pagamentos relacionados à Capitalização.

Arrecadação

No mesmo período, a arrecadação do setor segurador no Distrito Federal alcançou R$ 7,5 bilhões, crescimento nominal de 1,9% em relação aos oito primeiros meses de 2025. As coberturas de Pessoas responderam pela maior parcela, com R$ 4,9 bilhões, seguidas pelos seguros de Danos e Responsabilidades, com R$ 1,9 bilhão, e pela Capitalização, com R$ 667,8 milhões. Os números também desconsideram a Saúde Suplementar.

Financiamento da adaptação climática desafia cidades diante de R$ 52 bilhões em perdas

Painel no Pavilhão Brasil destacou o papel de bancos, seguradoras e governos no financiamento de cidades mais resilientes



O Brasil registrou R$ 52 bilhões em perdas provocadas por eventos climáticos em 2026, segundo dados apresentados pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) durante a COP31. O volume de prejuízos reforça a urgência de ampliar os investimentos em adaptação e de criar mecanismos capazes de aproximar governos, instituições financeiras e seguradoras na proteção das cidades.

Os números foram apresentados por Dyogo Oliveira, presidente da CNseg, durante painel sobre financiamento da adaptação climática nas cidades brasileiras, promovido pelo Ministério das Cidades no Pavilhão Brasil. Segundo ele, a média anual de eventos climáticos no país passou de 2,5 mil, entre 2015 e 2019, para 4,5 mil a partir de 2019. Nos dez anos anteriores, 90% dos municípios brasileiros registraram algum tipo de ocorrência climática.

Para Dyogo, além de ampliar os investimentos públicos, é necessário avançar na integração com o setor privado. Ele citou experiências internacionais que podem inspirar o Brasil. No Japão, por exemplo, a cobertura de seguros para infraestruturas permite que seguradoras participem diretamente dos processos de reconstrução após desastres. No México, um fundo público de catástrofes contrata seguros no mercado nacional e internacional, garantindo recursos para governos locais quando ocorrem eventos extremos.

No Brasil, a CNseg desenvolve, em parceria com o ICLEI, um projeto-piloto com quatro municípios — Porto Alegre, Recife, Curitiba e Belo Horizonte — para estudar soluções de proteção securitária de infraestruturas urbanas. Cada cidade selecionou um ativo prioritário. Em Porto Alegre, por exemplo, foi escolhida uma estação de bombeamento. A iniciativa também identificou o interesse dos municípios em mecanismos que ofereçam proteção financeira à população atingida por desastres.

Nesse contexto, Dyogo informou que apresentou ao governo uma proposta de criação de

um seguro social de catástrofe, com pagamento de R$ 10 mil a cada família afetada por enchentes, deslizamentos e outros eventos extremos. A ideia é oferecer recursos para que as pessoas possam custear uma acomodação emergencial logo após o desastre. Segundo ele, a proposta busca responder à demora que muitas vezes caracteriza a chegada dos auxílios públicos às famílias atingidas.

Gargalos no financiamento

A necessidade de ampliar os recursos para adaptação também foi destacada por Priscilla Negreiros, diretora da Climate Policy Initiative (CPI) e da Cities Climate Finance Leadership Alliance (CCFLA). A organização prepara um estudo sobre os fluxos de financiamento climático destinados às cidades brasileiras, que deverá detalhar a origem dos recursos e sua aplicação.

Entre as tendências preliminares identificadas, Priscilla apontou o desequilíbrio entre os investimentos em mitigação e adaptação. Embora o setor privado responda por mais da metade dos investimentos climáticos, a maior parte desses recursos está concentrada em iniciativas de mitigação. Na adaptação, os municípios aparecem como os principais agentes públicos responsáveis por financiar as próprias iniciativas, recorrendo sobretudo a recursos domésticos.

A diretora da CPI destacou obstáculos que dificultam a ampliação desses investimentos, como restrições fiscais, falta de capacidade técnica para estruturar projetos e iniciativas municipais de pequena escala, que nem sempre conseguem atrair financiamento. Para superar essas barreiras, defendeu o fortalecimento da assistência técnica, a agregação de projetos e o melhor aproveitamento de fontes de financiamento, inclusive internacionais.

BNDES amplia apoio a estados e municípios

O BNDES apresentou iniciativas para apoiar a preparação e o financiamento de projetos de adaptação. De acordo com Nabil Kadri, representante do banco, a agenda é uma prioridade no apoio à política climática de estados e municípios.

Um dos instrumentos é o programa BNDES Cidades Resilientes, iniciativa voltada especificamente à adaptação em áreas urbanas. O programa combina apoio técnico para estruturar carteiras integradas de projetos com instrumentos de financiamento, incluindo recursos do Fundo Clima. A proposta é ajudar municípios a identificar intervenções prioritárias e transformar essas necessidades em projetos aptos a receber investimentos.

Segundo Nabil, desde 2023 o banco mobilizou quase R$ 10 bilhões em financiamentos para projetos de adaptação em estados e municípios. Entre os projetos aprovados para esses entes federativos de 2023 a 2026, 44% dos recursos foram destinados diretamente a ações de adaptação.

O executivo também destacou a atuação do banco na resposta a desastres. Durante as enchentes no Rio Grande do Sul, o BNDES suspendeu mais de 74 mil contratos de crédito nas áreas atingidas, com pausa de um ano antes da retomada dos pagamentos. Além disso, mobilizou R$ 20 bilhões em operações de crédito para a reconstrução do estado, dos quais 95% foram destinados a micro e pequenas empresas.

Para preparar respostas mais rápidas a novas ocorrências, o banco criou um Protocolo de Ação para Emergências Climáticas, com instrumentos que podem ser acionados diante de eventos extremos. O mecanismo foi utilizado em situações recentes, como as ocorrências no sul de Minas Gerais.

Planejamento, dados e justiça climática

A qualidade dos projetos e a capacidade de gestão também estiveram no centro do debate. Marcelo Cardoso, representante do Tribunal de Contas da União (TCU), apresentou um referencial de auditoria para adaptação e resiliência climática, elaborado em parceria com a Controladoria-

Geral da União (CGU). Segundo ele, o documento pode ser utilizado não apenas por órgãos de controle, mas também como referência para gestores públicos na formulação e execução de políticas e projetos.

O material está organizado em cinco eixos: gestão de riscos climáticos, coerência climática, justiça climática, financiamento climático, transparência e integridade. Entre as orientações estão a elaboração de diagnósticos com base em dados oficiais e cientificamente reconhecidos, a vinculação das medidas aos riscos identificados e a comparação de alternativas considerando efetividade, custos e vida útil dos investimentos.

Cardoso ressaltou ainda que a adaptação precisa considerar a distribuição desigual dos impactos climáticos. Uma intervenção que reduza o risco em determinada região, por exemplo, não deve transferir o problema para outra comunidade. O referencial também propõe avaliar se os recursos disponíveis são suficientes, se chegam aos locais que mais precisam e se os instrumentos de financiamento são adequados.

As discussões do painel convergiram para a necessidade de combinar recursos públicos e privados, fortalecer a capacidade técnica dos municípios e aprimorar o planejamento. Diante do aumento dos eventos extremos e dos prejuízos associados, a adaptação das cidades depende não apenas de mais financiamento, mas de projetos bem estruturados, mecanismos eficientes de execução e soluções que ampliem a proteção de infraestruturas e da população.

COP31: o setor segurador na imprensa

Descubra como os seguros ganharam espaço na agenda climática internacional

- **O que a imprensa está destacando sobre a participação do setor segurador na COP31? Confira reportagens sobre os debates, desafios e soluções apresentados na conferência. A seleção recebe novas notícias ao longo do evento.**
- A participação do setor segurador na COP31, realizada em Antália, na Turquia, é tema de reportagens publicadas pela imprensa brasileira desde o início da conferência, em 9 de novembro de 2026.
- Entre os assuntos abordados estão os prejuízos provocados por eventos climáticos extremos, os desafios para ampliar a cobertura de seguros, o financiamento da adaptação climática e a proteção de cidades, empresas e produtores rurais. Os debates também passaram a destacar a inclusão de populações vulneráveis, a proteção da renda diante de desastres e a importância dos seguros para a segurança alimentar.
- Os dados apresentados pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), as iniciativas de proteção da infraestrutura urbana e as discussões sobre seguro rural e investimentos sustentáveis estiveram entre os temas que ganharam repercussão. As reportagens também acompanharam a participação de representantes da Confederação em debates sobre prevenção de catástrofes, gestão de riscos e cooperação internacional.
- O Notícias do Seguro reúne uma seleção dessas publicações, organizada por data, da mais recente para a mais antiga, com resumos e links para os veículos de origem. O conteúdo é atualizado ao longo da conferência, com novas reportagens e coberturas complementares.

12 de novembro: proteção da renda, segurança alimentar e seguro rural

Inclusão securitária e populações vulneráveis

COP31: quem vai pagar pela proteção climática de quem não consegue poupar?

Sonho Seguro

A dificuldade de ampliar o acesso aos seguros entre famílias de baixa renda foi um dos temas centrais de debate realizado na Casa do Seguro durante a COP31. A reportagem apresenta

discussões sobre como proteger trabalhadores e comunidades expostos aos eventos climáticos quando o orçamento familiar já está comprometido com despesas essenciais.

Monique Cardoso, diretora-adjunta de Sustentabilidade da CNseg, apresentou dados sobre a baixa penetração dos seguros nas favelas brasileiras e defendeu soluções mais próximas das necessidades e da capacidade financeira dessas populações. O encontro também abordou coberturas contra perda de renda provocada por calor extremo e os efeitos das mudanças climáticas sobre os custos e o acesso aos serviços de saúde.

Leia a reportagem no Sonho Seguro

Outra abordagem: O desafio dos seguros não é apenas vender proteção, mas torná-la possível — Sonho Seguro

Segurança alimentar e proteção das cadeias produtivas

Segurança alimentar depende de seguros capazes de manter a produção após desastres climáticos

Sonho Seguro

A proteção da produção de alimentos diante dos eventos climáticos extremos exige uma visão que ultrapassa as propriedades rurais e considere também o transporte, o comércio, o financiamento e a continuidade das cadeias produtivas. Esse foi um dos principais temas de painel realizado durante a Cúpula Global de Seguros e Resiliência, na COP31.

A reportagem destaca a participação de Gustavo Brum, chefe de gabinete da Presidência da CNseg, que chamou a atenção para a baixa cobertura do seguro rural brasileiro diante da importância econômica do agronegócio. O debate também abordou a experiência turca com seguros agrícolas, os obstáculos enfrentados por pequenos produtores para atender às exigências ambientais internacionais e o potencial dos seguros paramétricos para acelerar a disponibilização de recursos após catástrofes.

Leia a reportagem no Sonho Seguro

Cobertura do seguro rural no Brasil

Área plantada protegida pelo seguro rural recua para 3,5%

Uagro

A redução da área agrícola brasileira protegida pelo seguro rural foi destacada durante painel da COP31 que reuniu representantes da CNseg, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e do mercado segurador.

Segundo dados apresentados por Dyogo Oliveira, presidente da CNseg, a cobertura chegou a 16% da área plantada em 2021 e 2022, recuou para 3,5% em 2025 e poderia ficar abaixo de 3% em 2026. A reportagem relaciona a diminuição da proteção às restrições dos recursos destinados à subvenção pública e destaca as consequências para o financiamento da produção e a capacidade dos agricultores de enfrentar prejuízos climáticos.

Leia a reportagem no Uagro

Cooperativismo e adaptação climática

Na COP31, cooperativas debatem papel dos seguros na produção alimentar

Página Rural

A integração entre seguros, crédito e assistência técnica para fortalecer a produção agropecuária diante das mudanças climáticas foi tema de divulgação de um painel promovido na COP31. O encontro reuniu representantes do Sistema OCB, da CNseg, do ICLEI e do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Capital (UNCDF).

A publicação destaca a capacidade das cooperativas de conectar pequenos e médios produtores a instrumentos financeiros e soluções de adaptação climática. A discussão também contempla a prevenção de perdas, a segurança alimentar e a importância de desenvolver mecanismos de proteção adequados às características dos territórios.

Leia a publicação na Página Rural

11 de novembro: riscos climáticos, financiamento e proteção das cidades

Riscos climáticos e acesso aos seguros

Falta de seguros contra riscos climáticos ameaça crédito e investimentos, diz chefe da área na ONU

Folha de S.Paulo

A dificuldade crescente de contratar seguros em regiões expostas a eventos climáticos extremos pode comprometer a concessão de crédito, afastar investimentos e pressionar as contas públicas. O alerta foi feito por Butch Bacani, responsável pela área de seguros do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), durante a COP31.

A reportagem destaca que a disponibilidade de proteção securitária está se tornando um fator importante nas decisões de financiamento. Sem seguros, famílias, empresas e governos podem enfrentar dificuldades adicionais para recuperar perdas e desenvolver novos projetos. Bacani defende maior integração entre seguradoras, instituições financeiras e formuladores de políticas públicas para ampliar a prevenção.

Leia a reportagem na Folha de S.Paulo

Cidades resilientes e prevenção de desastres

Insurance Europe defende incentivos para transformar informação sobre riscos em prevenção

Sonho Seguro

A utilização de dados climáticos para orientar investimentos em prevenção e proteção financeira foi um dos principais temas de painel realizado na Casa do Seguro durante a COP31. O encontro reuniu representantes da Insurance Europe, Marsh, CNseg e instituições turcas ligadas à gestão de riscos e aos seguros contra catástrofes.

A reportagem destaca a avaliação de Nicolas Jeanmart, da Insurance Europe, sobre a necessidade de transformar informações disponíveis sobre riscos em decisões concretas de planejamento urbano e infraestrutura. Dyogo Oliveira, presidente da CNseg, apresentou a experiência brasileira e defendeu modelos coletivos de proteção capazes de alcançar municípios e populações vulneráveis que não possuem seguros individuais.

Leia a reportagem no Sonho Seguro

Financiamento climático e infraestrutura sustentável

CNI condiciona descarbonização industrial a capacitação, integridade de dados e seguros na COP31

Brasil Inovador

A transição para uma economia de baixo carbono exige a integração entre capacitação profissional, informações confiáveis sobre emissões e instrumentos financeiros capazes de reduzir riscos. A reportagem apresenta debates organizados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) durante a COP31, com participação de representantes de empresas, instituições financeiras e do setor segurador.

Entre os assuntos abordados está a contribuição dos seguros para a estruturação de projetos sustentáveis. A reportagem menciona a participação de Monique Cardoso, da CNseg, nas discussões sobre garantias, compartilhamento de riscos e mecanismos para ampliar a viabilidade financeira de investimentos em descarbonização.

Leia a reportagem no Brasil Inovador

Financiamento de atividades econômicas sustentáveis

COP31: BB capta 100 milhões de euros com 'BNDES da Alemanha' para projetos sustentáveis

Estadão Conteúdo / UOL

O Banco do Brasil e o banco alemão de desenvolvimento KfW anunciaram uma operação de 100 milhões de euros destinada ao refinanciamento de cadeias produtivas sustentáveis da bioeconomia brasileira. A iniciativa foi apresentada durante a COP31 e busca ampliar a disponibilidade de crédito para pequenos produtores, agricultores familiares, comunidades tradicionais, cooperativas e empresas.

Entre as atividades contempladas estão sistemas agroflorestais, produção de alimentos, pesca sustentável e cadeias produtivas associadas à conservação ambiental. Embora não trate diretamente da atuação das seguradoras, a reportagem complementa os debates da conferência sobre financiamento e viabilidade econômica de projetos de adaptação e sustentabilidade.

Leia a reportagem do Estadão Conteúdo no UOL

10 de novembro: financiamento climático, agronegócio e cidades resilientes

Financiamento climático e investimentos sustentáveis

COP31: Seguradoras podem ajudar a atrair investimentos para projetos sustentáveis no Brasil

Sonho Seguro

A participação das seguradoras desde a estruturação de projetos de adaptação climática pode contribuir para reduzir riscos e atrair investimentos privados. Em entrevista após um painel da COP31, Dyogo Oliveira, presidente da CNseg, destacou a importância de envolver o setor segurador desde as etapas iniciais dos projetos, permitindo uma avaliação mais adequada dos riscos e das condições necessárias ao financiamento.

A reportagem também aborda obstáculos como insegurança jurídica, riscos regulatórios e falta de padronização, que dificultam a transformação de projetos sustentáveis em oportunidades de investimento.

Leia a reportagem no Sonho Seguro

Seguro rural e financiamento do agronegócio

Financiamento da adaptação climática no agronegócio exige integração entre crédito, seguro e mercado de capitais

Sonho Seguro

A ampliação do seguro rural, a previsibilidade dos recursos públicos e a mobilização de capital privado estiveram entre os assuntos discutidos em painel da COP31 que reuniu representantes da CNseg, Febraban, Anbima, Banco do Brasil e Sistema OCB.

A reportagem destaca a avaliação de Claudia Prates sobre a importância de garantir continuidade aos recursos destinados à subvenção ao seguro rural e ampliar a proteção dos produtores diante das perdas climáticas. O encontro também discutiu o papel da assistência técnica, das cooperativas e do mercado de capitais na adaptação do agronegócio.

Leia a reportagem no Sonho Seguro

Outra cobertura: Universo Coop — Sistema OCB defende financiamento para adaptação climática no agronegócio

Proteção das cidades e infraestrutura resiliente

COP31: adaptação das cidades exige novas fontes de financiamento e continuidade das políticas públicas

Sonho Seguro

A incorporação dos riscos climáticos ao planejamento urbano e aos contratos de infraestrutura foi um dos principais temas de painel moderado por Dyogo Oliveira durante a COP31. O debate reuniu representantes do governo do Rio Grande do Sul, do Instituto Cidades Sustentáveis, do ICLEI América do Sul e da Marsh.

A reportagem aborda a necessidade de ampliar os investimentos em prevenção, desenvolver instrumentos de proteção financeira e assegurar a continuidade das políticas de adaptação, independentemente das mudanças de governo. Também apresenta experiências internacionais e iniciativas para proteger a infraestrutura de municípios brasileiros.

Leia a reportagem no Sonho Seguro

Proteção financeira contra catástrofes

Rio Grande do Sul estuda letras de risco de seguro para financiar resposta a novas catástrofes

Sonho Seguro

O governo do Rio Grande do Sul estuda a utilização de letras de risco de seguro e outros instrumentos financeiros para disponibilizar recursos em situações de catástrofe climática. A proposta foi apresentada pelo secretário da Reconstrução Gaúcha, Pedro Capeluppi, em entrevista durante a COP31.

Segundo a reportagem, o modelo está em discussão com apoio da CNseg e de representantes do mercado segurador. A iniciativa busca reduzir a dependência de recursos emergenciais do orçamento público e acelerar a recuperação de famílias, empresas e serviços atingidos por eventos

extremos. A estrutura da operação ainda não foi definida.

Leia a reportagem no Sonho Seguro

Descarbonização e transição econômica

COP31: agro, transportes, mineração e energia elétrica firmam agenda de descarbonização

Estadão Conteúdo / UOL

Representantes do agronegócio, dos transportes, da mineração e do setor elétrico apresentaram uma agenda conjunta para acelerar a descarbonização da economia brasileira. Coordenada pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), a iniciativa reúne 33 frentes de redução de emissões, 190 indicadores e 100 ações voltadas à implementação de medidas climáticas.

A reportagem aborda a articulação entre diferentes atividades econômicas e os investimentos necessários para transformar compromissos ambientais em medidas concretas. Embora não tenha como foco a atuação das seguradoras, o conteúdo complementa o contexto das discussões sobre riscos e financiamento da transição climática.

Leia a reportagem do Estadão Conteúdo no UOL

9 de novembro: perdas climáticas, seguro rural e proteção das cidades

Prejuízos climáticos e proteção financeira

Prejuízos com eventos climáticos extremos sobem 67% no primeiro semestre

Folha de S.Paulo

Os prejuízos econômicos provocados por eventos climáticos extremos chegaram a R$ 51,9 bilhões no Brasil no primeiro semestre de 2026, crescimento de aproximadamente 67% em relação ao mesmo período do ano anterior. A reportagem apresenta dados do Radar de Eventos Climáticos e Seguros no Brasil, divulgado pela CNseg durante a COP31, e evidencia os impactos dos desastres sobre diferentes atividades econômicas.

Leia a reportagem na Folha de S.Paulo

Outras coberturas sobre o levantamento: Valor Econômico | Um Só Planeta

Seca responde por 93% das perdas climáticas no Brasil, mas só 0,4% têm seguro

Capital Reset

A reportagem destaca a participação da seca nos prejuízos econômicos associados aos eventos climáticos e a reduzida parcela dessas perdas protegida por seguros. Os dados apresentados pela CNseg evidenciam a vulnerabilidade do setor agropecuário e reforçam a discussão sobre políticas capazes de ampliar a proteção financeira diante dos riscos climáticos.

Leia a reportagem no Capital Reset

COP31 começa com cobrança por investimentos enquanto perdas climáticas chegam a R$ 52 bilhões no Brasil

Sonho Seguro

Na abertura da conferência, lideranças internacionais defenderam a transformação de compromissos climáticos em investimentos e medidas concretas de adaptação. A reportagem relaciona essa discussão aos dados do Radar da CNseg, que mostram a distância entre os prejuízos provocados pelos desastres e a parcela efetivamente coberta por seguros no país.

Leia a reportagem no Sonho Seguro

Seguros para cidades e infraestrutura

Na COP31, seguradoras testam apólices para proteger infraestrutura de quatro capitais brasileiras

Estadão Conteúdo / UOL

Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte e Recife participam de um projeto internacional para desenvolver seguros contra catástrofes climáticas. A iniciativa envolve a CNseg, a rede de governos locais ICLEI e o banco alemão KfW, com propostas de proteção para a infraestrutura municipal e populações vulneráveis. O projeto busca incorporar os seguros ao planejamento financeiro das cidades diante dos riscos climáticos.

Leia a reportagem no UOL

Outra cobertura: Sonho Seguro — quatro cidades brasileiras desenvolvem seguros contra catástrofes

Seguro rural e proteção ao agronegócio

COP31: agro pede subvenção pública ao seguro rural quatro vezes maior que a atual

Estadão Conteúdo / UOL

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) defende a ampliação dos recursos públicos destinados à subvenção ao seguro rural. A proposta ganha destaque diante dos prejuízos provocados por secas e outros eventos climáticos e da necessidade de fortalecer os mecanismos de proteção da produção agropecuária e da renda dos produtores.

Leia a reportagem no UOL

Financiamento da transição climática

Setor financeiro vai à COP31 sob pressão por avanço em transição verde

Estadão Conteúdo / Band

Bancos e seguradoras brasileiros apresentam na COP31 propostas relacionadas ao financiamento da transição para uma economia de baixo carbono, à gestão de riscos climáticos e à ampliação da proteção securitária. A reportagem destaca a participação da CNseg e o papel do seguro na viabilização de investimentos, especialmente em infraestrutura e no agronegócio.

Leia a reportagem na Band

COP31: setor de seguros apresenta propostas para reduzir riscos

Sou Segura

A reportagem apresenta a agenda do setor segurador brasileiro na conferência, com iniciativas voltadas à proteção de investimentos, à gestão de riscos e ao financiamento da adaptação

climática. Entre os assuntos abordados estão as condições necessárias para atrair capital privado a projetos de infraestrutura e transição energética, com participação da CNseg nas discussões internacionais.

Leia a reportagem no Sou Segura

Sustentabilidade e inovação no mercado segurador

CNseg cria critérios para classificar seguros sustentáveis

Revista Apólice

A CNseg desenvolveu a Taxonomia Sustentável do Mercado Segurador (TSS), metodologia voluntária que estabelece critérios para identificar e classificar produtos de seguros, previdência complementar aberta e capitalização conforme sua contribuição para objetivos ambientais, sociais e climáticos. A iniciativa busca ampliar a transparência, orientar o desenvolvimento de produtos e reduzir os riscos de greenwashing.

Leia a reportagem na Revista Apólice

Dados para prevenção e gestão dos riscos climáticos

Susep prepara SRO para identificar perdas climáticas e ampliar monitoramento dos seguros em 2027

Sonho Seguro

O Sistema de Registro de Operações (SRO) deverá passar a identificar com maior precisão os sinistros relacionados a eventos climáticos a partir de março de 2027. A mudança poderá aperfeiçoar as informações sobre prejuízos cobertos por seguros e contribuir para estudos, políticas de prevenção e gestão de riscos.

Leia a reportagem no Sonho Seguro

Experiências internacionais e cooperação

Seguradora Fidelidade revela perdas históricas com tempestade em Portugal na COP31

Sonho Seguro

A experiência de Portugal com a tempestade Kristin, no início de 2026, foi apresentada durante a conferência como exemplo dos desafios enfrentados pelo mercado segurador diante de grandes catástrofes. A reportagem aborda os prejuízos provocados pela sequência de tempestades, a importância do resseguro e as possibilidades de cooperação internacional para aprimorar a proteção contra eventos climáticos extremos.

Leia a reportagem no Sonho Seguro

Mais sobre a COP31

Além da repercussão na imprensa, o Notícias do Seguro reúne reportagens, entrevistas e conteúdos especiais sobre a participação do setor segurador na conferência, incluindo debates sobre financiamento climático, proteção do agronegócio, infraestrutura resiliente e instrumentos de adaptação às mudanças climáticas.

Acesse a cobertura especial Seguros na COP31

Esta seleção reúne reportagens e publicações externas sobre a COP31, organizadas pela data de publicação. Os links direcionam para os veículos de origem, que podem exigir cadastro ou assinatura.

A semana no ‘Notícias do Seguro’: na Turquia, a COP31

Da COP31 à segurança digital, confira os destaques da semana sobre proteção de pessoas e negócios, prevenção de riscos e investimentos em infraestrutura

? Cidades mais protegidas diante dos riscos climáticos

Uma iniciativa coordenada pela CNseg, com apoio do banco alemão KfW e da rede internacional ICLEI, busca ampliar a proteção financeira de municípios brasileiros. Em três das quatro cidades participantes, as prefeituras solicitaram que as apólices em desenvolvimento também contemplem moradores em situação de vulnerabilidade atingidos por eventos extremos.

O projeto foi apresentado na COP31, em um debate sobre prevenção, preparação e financiamento da recuperação após desastres.

Leia a matéria.

? Proteger o campo é cuidar do abastecimento

A segurança alimentar depende de condições para que os produtores consigam continuar trabalhando mesmo depois de uma perda. Na COP31, especialistas destacaram a importância do apoio público previsível, de informações confiáveis e da rapidez no pagamento das indenizações.

O debate também mostrou que a proteção precisa acompanhar o caminho dos alimentos: riscos em estradas, portos e instalações de armazenamento podem comprometer o abastecimento, mesmo quando a produção na propriedade não é atingida.

Confira a reportagem.

? Brasil e Portugal ampliam a cooperação em seguros

A CNseg e o Grupo Fidelidade anunciaram a segunda edição do Fórum Brasil-Portugal de Seguros. O encontro será realizado em Lisboa e pretende ampliar a troca de experiências sobre sustentabilidade, ação climática e proteção da sociedade.

O anúncio ocorreu durante a COP31 e reforça a parceria entre as instituições para desenvolver respostas aos desafios enfrentados pelos dois países.

Saiba mais sobre o Fórum.

?? O setor segurador na imprensa

Perdas climáticas, seguro rural, financiamento da adaptação e proteção das cidades ganharam espaço na cobertura brasileira da COP31.

Para acompanhar esses debates, o Notícias do Seguro reuniu reportagens de diferentes veículos em uma página organizada por data, com resumos e links para os conteúdos originais.

Acompanhe a seleção de notícias.

? Ataques cibernéticos: prevenção e preparo para reagir

Uma mensagem falsa ou uma senha roubada pode provocar interrupções na operação e comprometer informações de empresas e clientes. Autenticação multifator, sistemas atualizados, backups testados e um plano de resposta ajudam a reduzir a exposição e limitar os danos.

O seguro cibernético pode integrar a gestão financeira desses riscos. As coberturas, porém, dependem das condições contratadas, incluindo limites, franquias e exclusões.

Entenda o papel do seguro.

?? Mais orientação para projetos de infraestrutura

A CNseg lançou dois manuais técnicos sobre o uso de seguros e títulos de capitalização em concessões e Parcerias Público-Privadas.

Elaboradas com participação da FenSeg, da FenaCap e de parceiros do poder público, as publicações orientam gestores e empresas sobre garantias, distribuição de responsabilidades e gestão de riscos ao longo dos projetos.

Conheça os manuais.

? Na Europa, seguradoras podem ajudar a financiar a infraestrutura

A União Europeia precisa de até € 800 bilhões adicionais por ano para preservar sua competitividade, segundo o Relatório Draghi. Nesse cenário, a Insurance Europe defende maior participação das seguradoras no financiamento de projetos de energia, transportes e infraestrutura digital.

Para ampliar os investimentos, a entidade aponta a necessidade de regras estáveis, projetos bem estruturados e mecanismos de compartilhamento de riscos.

Leia a análise.

?? CNseg conquista representação no CARF

Pela primeira vez, a CNseg conquistou duas vagas para conselheiros representantes dos contribuintes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

O CARF julga recursos em disputas tributárias e aduaneiras entre contribuintes e a Receita Federal. Os assentos permitirão que representantes indicados pela Confederação participem dessas discussões administrativas.

Entenda a importância da medida.

? Você sabia?

Nos seguros paramétricos, o pagamento depende de um indicador previamente definido no contrato, como determinado volume de chuva. Esse formato pode agilizar a chegada dos recursos após um evento climático.

A definição dos indicadores exige cuidado: pode haver prejuízo sem que o limite contratado seja atingido. Por isso, compreender as condições da cobertura é essencial.

Infraestrutura precisa nascer preparada para riscos climáticos, defendem executivas na COP31



Painel promovido pela CNseg reuniu representantes da Fraport, Zurich, Motiva e MIGA para discutir como prevenção, adaptação e participação das seguradoras desde a concepção dos projetos podem proteger ativos e ampliar investimentos

Infraestrutura precisa nascer preparada para riscos climáticos, defendem executivas na COP31

Antália, Turquia – Quanto custa reconstruir uma infraestrutura depois de um desastre climático — e quanto desse valor será efetivamente coberto pelo seguro?
A experiência das enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul, por exemplo, ajuda a dimensionar esse desafio: as obras de reconstrução do aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, somaram R$ 440,034 milhões até o encerramento de 2025, enquanto a indenização paga pela seguradora foi de R$ 133,328 milhões, o equivalente a 30,3% do custo total.

O caso reforça uma das principais mensagens do painel “Infraestrutura de transportes e seguros: resiliência, proteção de ativos e ampliação dos investimentos”, promovido pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), no Pavilhão CNT, na COP31: a proteção dos ativos precisa começar antes mesmo da construção, com a identificação e a redução dos riscos climáticos.

Para Linda Freiner, diretora global de Sustentabilidade da Zurich Insurance, a indústria de seguros precisa participar das primeiras etapas dos projetos de infraestrutura. “A única maneira de tornar algo segurável é reduzir o risco”, afirmou. Segundo ela, as seguradoras não devem atuar apenas na transferência de riscos, mas também como consultoras na identificação de vulnerabilidades e na construção de soluções de prevenção e adaptação.

A executiva destacou que, muitas vezes, o setor segurador é chamado apenas quando o projeto já está definido ou mesmo depois de construído. Para mudar esse cenário, defendeu maior aproximação com desenvolvedores, governos e instituições financeiras, que participam das decisões de investimento desde o início. Freiner citou ainda uma avaliação realizada na Europa

segundo a qual 83% das infraestruturas de energia renovável analisadas apresentam alta vulnerabilidade às mudanças climáticas. O dado, ressaltou, não significa interromper esses investimentos, mas incorporar a resiliência climática ao planejamento e à construção dos empreendimentos.

Motiva mapeia riscos e prepara quase 8 mil ações de adaptação

A experiência da Motiva mostra como essa abordagem pode ser incorporada à gestão de infraestrutura. Juliana Silva, diretora de Sustentabilidade da companhia, contou que os riscos climáticos passaram a integrar a matriz corporativa de riscos em 2022. O trabalho combina duas frentes: o monitoramento de curto prazo, que utiliza previsões meteorológicas semanais e mensais para orientar decisões operacionais, e a análise de longo prazo, baseada em cenários climáticos e projeções do IPCC.

A empresa mapeou riscos físicos e de transição em seus ativos, com avaliações trecho a trecho nas rodovias e estação por estação nos sistemas ferroviários e metroviários. A partir desse diagnóstico, também estimou os possíveis impactos financeiros e estruturou um plano com quase 8 mil ações de adaptação.

Entre as medidas operacionais estão decisões preventivas, como o bloqueio de trechos de rodovias diante da previsão de chuvas intensas, para reduzir a possibilidade de acidentes. Já as ações de longo prazo envolvem intervenções para aumentar a resistência dos ativos aos impactos das mudanças climáticas. A priorização dos investimentos deverá orientar a implementação das medidas a partir de 2027, considerando também as obrigações previstas nos contratos de concessão.

Juliana observou que eventos extremos registrados no Sul do país e no litoral de São Paulo ajudaram a demonstrar à liderança da companhia que investir em adaptação pode custar menos do que arcar com os prejuízos de não agir. Para ela, os novos contratos de concessão já representam um avanço ao exigir planos de resiliência, mas ainda há espaço para ampliar os incentivos regulatórios a investimentos preventivos, inclusive por meio de mecanismos como ambientes regulatórios experimentais e critérios de pontuação que valorizem a adaptação.

Enchentes no Rio Grande do Sul mostram limites da cobertura

A necessidade de olhar para além dos limites dos próprios ativos foi ressaltada por Andreea Pal, CEO da Fraport. Segundo ela, aeroportos estão expostos a diferentes ameaças climáticas, como temperaturas mais elevadas, ventos mais intensos e eventos de chuva extrema. Por isso, novos projetos precisam considerar a atualização de padrões técnicos, incluindo sistemas de drenagem e qualidade dos pavimentos, além de maior articulação com reguladores e governos locais.

Ao citar as enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul, a executiva destacou os impactos sobre a operação aeroportuária. Os dados da concessionária mostram que as obras de reconstrução totalizaram R$ 440,034 milhões até dezembro de 2025, sem previsão de novos desembolsos. Desse montante, R$ 133,328 milhões foram pagos pela seguradora, o equivalente a aproximadamente 30,3% do custo total. A diferença de R$ 306,706 milhões não foi coberta por essa indenização.

Para Andreea, a proteção de um aeroporto não pode ser pensada isoladamente: depende também da resiliência da cidade e da infraestrutura que o conecta ao entorno. O episódio reforçou a importância da atuação conjunta entre empresas, governos e demais agentes responsáveis pela prevenção e pela resposta a eventos extremos.

Garantias ajudam a atrair investimentos

Ariane Di Iorio, diretora de Economia e Sustentabilidade da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA), integrante do Grupo Banco Mundial, abordou outro desafio para a

infraestrutura: criar condições para que o capital privado participe de projetos de longo prazo, especialmente em mercados sujeitos a riscos políticos e regulatórios.

A MIGA oferece garantias contra riscos não comerciais, como descumprimento de contratos, expropriação, restrições à transferência de recursos e conflitos. Esses instrumentos ajudam a dar segurança a investidores e financiadores, reduzir incertezas e viabilizar projetos. Desde sua criação, a agência já emitiu mais de US$ 100 bilhões em garantias. No último ano, foram US$ 25 bilhões em novas emissões, segundo Di Iorio.

A executiva também destacou o trabalho do Grupo Banco Mundial para ampliar soluções relacionadas a riscos climáticos e desastres naturais, combinando diferentes camadas de proteção. A proposta é desenvolver mecanismos que tornem a cobertura mais acessível e ajudem a proteger investimentos em setores como infraestrutura e agricultura.

Prevenção como condição para investir

A discussão reforçou que a resiliência da infraestrutura exige uma atuação coordenada entre empresas, seguradoras, governos, reguladores e instituições financeiras. Para Claudia Prates, diretora de Sustentabilidade da CNseg e moderadora do painel, a intensificação dos eventos climáticos torna ainda mais urgente integrar a avaliação de riscos ao planejamento dos investimentos e fortalecer a cooperação entre os setores público e privado.

A mensagem comum entre as participantes foi que a adaptação não deve ser tratada como uma etapa posterior ou um custo adicional, mas como parte do próprio investimento. Ao reduzir vulnerabilidades desde o início, é possível proteger ativos, preservar a continuidade dos serviços, ampliar a capacidade de cobertura dos seguros e criar condições mais favoráveis para novos investimentos em infraestrutura.

Capital das seguradoras é vital para baixar déficit bilionário da infraestrutura europeia

Seguradoras europeias defendem ampliação das parcerias público-privadas e regras mais estáveis para acelerar investimentos em energia, digitalização e defesa

As conclusões do chamado Relatório Draghi, elaborado pelo ex-presidente do Banco Central Europeu e ex-primeiro-ministro italiano Mario Draghi, servem de base para a defesa de um papel mais ativo das seguradoras no financiamento da infraestrutura europeia, de acordo com a Insurance Europe. Considerado um dos economistas mais influentes do continente, Draghi estima que a União Europeia necessitará investir até € 800 bilhões adicionais por ano para preservar sua competitividade diante de Estados Unidos e China. Um cenário que abre espaço para uma participação crescente do mercado segurador como provedor de capital de longo prazo, diz *paper* da Insurance Europe, ao destacar que as seguradoras europeias administram aproximadamente € 9,5 trilhões em ativos e possuem um perfil de investimento de longo prazo alinhado às necessidades típicas dos projetos de infraestrutura.

Os capitais necessários para financiar a infraestrutura do futuro equivalem a cerca de 5% do PIB europeu e englobam o financiamento da transição energética, a transformação digital, a segurança energética, a modernização da infraestrutura e o fortalecimento da competitividade.

O documento da Insurance Europe defende a criação de um "***European Infrastructure Deal***", capaz de ampliar a participação do capital privado por meio de maior segurança jurídica e regulatória; licenciamento mais rápido; ampliação das parcerias público-privadas (PPPs); compartilhamento de riscos entre governos e investidores; padronização de contratos e estruturas de projetos; expansão de plataformas de investimento em infraestrutura; e ajustes regulatórios no regime Solvência II. "Os recursos existem. O principal problema hoje é a escassez de projetos suficientemente grandes, estruturados e previsíveis para absorver esse capital", afirma o

documento divulgado pela Insurance Europe.

O estudo lista setores prioritários nos quais os capitais das seguradoras podem ser alocados. A lista inclui Energia renovável e redes elétricas; Hidrogênio e armazenamento de energia; Ferrovias e logística; Data centers; Redes de fibra óptica; Torres de telecomunicações; Infraestrutura de IA; Saúde e educação; Infraestrutura de uso dual para defesa.

Infraestrutura ganha dimensão estratégica

Tradicionalmente associada a estradas, pontes e redes elétricas, a infraestrutura europeia passou a incorporar novas prioridades estratégicas. O relatório destaca que ativos digitais, como data centers, redes de fibra óptica, torres de telecomunicações e infraestrutura voltada à inteligência artificial, tornaram-se tão relevantes para a soberania econômica europeia quanto os setores de energia e transporte.

A Comissão Europeia estima que apenas os objetivos ligados à energia limpa exigirão cerca de **€ 660 bilhões anuais até 2030**, valor quase três vezes superior à média histórica de investimentos do setor.

Na área de defesa, também há forte escassez de recursos. Um exemplo citado é o programa europeu de mobilidade militar, que registrou demanda por investimentos de € 3,7 bilhões para um orçamento disponível de apenas € 807 milhões.

Por que as seguradoras gostam de infraestrutura?

A infraestrutura reúne características consideradas altamente compatíveis com o modelo de negócios das seguradoras.

Entre os principais atrativos estão:

- Fluxos de caixa previsíveis e de longo prazo;
- Receitas frequentemente protegidas por contratos ou regulação;
- Proteção parcial contra a inflação;
- Baixa correlação com mercados acionários;
- Forte qualidade de crédito;
- Exposição a serviços essenciais.

Projetos de infraestrutura costumam ter duração entre 10 e 30 anos ou mais, horizonte semelhante ao das obrigações futuras das seguradoras com aposentadorias, seguros de vida e rendas vitalícias.

O relatório destaca ainda que a infraestrutura pode oferecer rentabilidade ajustada ao risco superior à de muitos ativos tradicionais de renda fixa, especialmente em períodos de juros mais baixos.

Investimentos já movimentam bilhões de euros

A presença das seguradoras nesse mercado já é significativa. Na Alemanha, os investimentos em infraestrutura ultrapassam € 100 bilhões, correspondendo a cerca de 6% dos balanços das seguradoras locais. Na França, o volume atingiu € 67 bilhões em 2024. Na Itália, os investimentos somavam € 17,6 bilhões em 2025.

Já na Holanda, as oito maiores seguradoras possuíam aproximadamente € 3,6 bilhões alocados em infraestrutura privada.

Um dos exemplos destacados é o da belga Ageas, que investe por meio da plataforma Infrastructure for Belgium (I4B).

Entre os projetos financiados estão sistemas de armazenamento de energia em baterias, redes de aquecimento e infraestrutura de hidrogênio. O portfólio de baterias da iniciativa alcançou 2,14 GWh em capacidade instalada, totalizando cerca de € 600 milhões em investimentos.

Riscos ainda afastam investidores institucionais

Apesar do interesse crescente, o documento aponta obstáculos importantes para uma ampliação mais expressiva da participação do setor privado. O principal deles é a insegurança regulatória.

O estudo relembra casos ocorridos na Espanha, Itália e República Tcheca, onde alterações retroativas em programas de incentivo à energia solar reduziram retornos esperados pelos investidores e deram origem a longas disputas judiciais.

Segundo a Insurance Europe, episódios desse tipo elevam a percepção de risco político e aumentam o custo de capital de novos projetos.

Outras barreiras ofuscam financiamento do mercado segurador

- Processos longos de licenciamento;
- Escassez de projetos padronizados;
- Complexidade jurídica e regulatória;
- Elevado risco de construção em projetos greenfield;
- Baixa liquidez dos investimentos;
- Regras prudenciais consideradas excessivamente rígidas em alguns casos.

PPPs voltam ao centro do debate

Para superar essas limitações, o setor defende uma expansão das parcerias público-privadas.

O relatório cita estudo do instituto alemão IW Köln segundo o qual projetos desenvolvidos por meio de PPPs apresentaram economia média de cerca de 17% nos custos de construção quando comparados aos modelos tradicionais de contratação pública.

Além da redução de custos, o modelo tende a estimular maior eficiência operacional e melhor manutenção dos ativos ao longo de sua vida útil.

A proposta é criar uma estrutura europeia que permita padronizar contratos, acelerar licenças, compartilhar riscos e oferecer garantias públicas capazes de atrair investidores institucionais.

Um novo pacto para infraestrutura

A principal recomendação da Insurance Europe é a implementação de um grande acordo europeu voltado à infraestrutura.

O chamado "European Infrastructure Deal" prevê:

- Carteira de projetos considerada financiável ("bankable");
- Modelos padronizados de PPPs;
- Agilidade nos processos de aprovação;
- Mecanismos de mitigação de riscos;
- Plataformas de agregação de projetos menores;
- Soluções para disputas transfronteiriças;
- Participação mais ativa do Banco Europeu de Investimento (EIB).

Para a entidade, o desafio europeu não é apenas encontrar recursos, mas criar condições para que o capital privado possa ser direcionado com segurança para projetos estratégicos.

O documento da Insurance Europe afirma que a crescente necessidade de investimento em infraestrutura pode representar uma nova fronteira de crescimento para seguradoras e resseguradoras. Além de oferecer ativos compatíveis com passivos de longo prazo, projetos ligados à energia limpa, digitalização, conectividade e defesa tendem a ganhar relevância nas carteiras institucionais nas próximas décadas. A expectativa da indústria é que políticas públicas mais estáveis e mecanismos adequados de compartilhamento de riscos permitam ampliar significativamente essa participação, contribuindo simultaneamente para o desenvolvimento econômico e para a rentabilidade das reservas técnicas do setor.

Fonte: CNseg, em 13.11.2026